

PECUÁRIA SUSTENTÁVEL



VISÃO DA PROTEÍNA ANIMAL

Nas últimas cinco décadas, a bovinocultura de corte do planeta mostra um forte incremento, em termos de aumento do rebanho e conquista de ganhos de produtividade. A melhoria dos índices zootécnicos explica o fato de a produção crescer em ritmo superior ao estoque de animais.

Mas desde 2007, como fato inédito nos últimos tempos, a

produção mundial de carne entrou em tendência declinante. As estiagens enfrentadas pela Austrália começaram em 2002. A pecuária argentina comprimiu diante da intervenção oficial, enquanto a produção caiu nos EUA e no Canadá. Em contrapartida, o consumo cresce, sobretudo na Ásia, puxado pelo aumento da renda.

Mundo: Números da pecuária

Item	1960	1970	1980	1990	2000	2010
Produção (mil t)	23.599	34.303	42.921	51.341	53.553	56.763
Rebanho (mil cabeças)	741.040	857.710	1.056.084	1.098.248	1.026.642	991.200
Abate (mil cabeças)	113.800	143.180	201.679	233.118	230.562	227.730
Peso da Carcaça (kg)	207	240	212	220	232	249
Desfrute (%)	15,36	16,69	19,19	21,23	22,46	22,98

Fonte: Usda

Com o mercado mundial de carnes bem ajustado no período pós-2008, principalmente a bovina, as incertezas econômicas dos mercados internacionais, afetados pela crise norte-americana e pelos abalos no mercado europeu, formam um cenário cinzento para o próximo ano.

Na visão da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), os fatores associados ao alto preço das rações, os surtos de doenças e os estoques de animais, considerados relativamente baixos, limitam a expansão da produção da carne bovina.

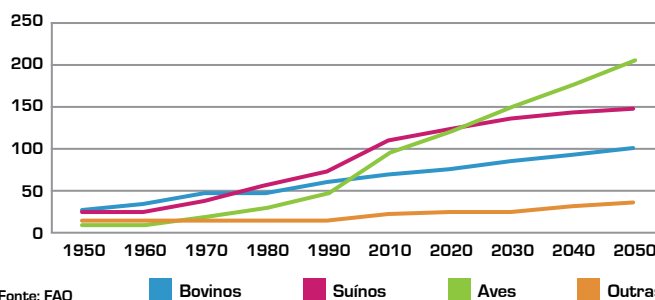
As cotações internacionais da carne bovina se mantêm próximas dos patamares praticados em 2010, no intervalo entre US\$ 4.400 e US\$ 5.000 por tonelada. Para a carne de frango, os valores operam entre US\$ 1.980 e US\$ 2.150 por tonelada, e para a carne suína, entre US\$ 2.700 e US\$ 2.950 por tonelada.

Para o cenário dos próximos 40 anos, outras variáveis começam a ser inseridas diante de seus efeitos de médio e de longo prazo. A principal delas consiste na progressiva escassez de recursos naturais, em particular terra arável e água. Como esses recursos finitos são disputados para a exploração de alimentos específicos, combustíveis e proteínas animais, crescem os desafios na busca de sistemas mais intensivos e de maior produtividade.

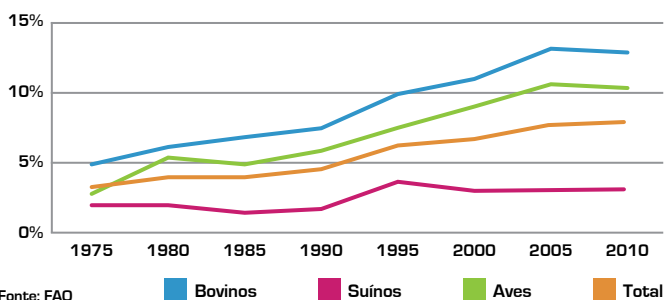
A bovinocultura de corte, com ciclo de 18/24 meses para alcançar peso de abate, conversão de 5,5 kg e uso de 15.977 litros de água por quilo de carne, deparará cada vez mais com a competitividade de outras fontes de proteína animal, como na avicultura (conversão de 1,7 kg, emprego de 2.828 litros de água por quilo de carne e 38 dias para alcançar peso de abate), além da aquicultura.

O mercado já assiste à movimentação dos grandes grupos de carne bovina em direção de negócios com a produção de proteínas com menor ciclo, como aves e suínos, no esforço de ampliar o seu universo de ação em termos das carnes do futuro e as proteínas animais do futuro, com a inclusão de aves, leite e aquicultura.

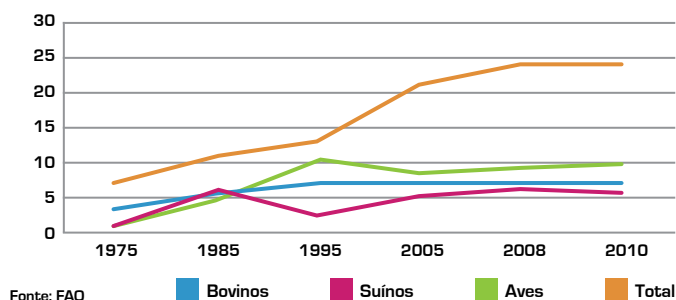
Mundo: Produção de carnes (milhões t)



Mundo: Participação das exportações na produção de carnes



Mundo: Exportação de carnes (milhões t)



PRODUÇÃO ESTAGNADA

Dois pontos chamam a atenção na cadeia produtiva da carne bovina nesta década: os baixos estoques de animais e os altos preços. A produção global de carne bovina permanece praticamente inalterada, em 65 milhões de toneladas, com projeções de tênue queda nos países desenvolvidos, que participam com 45% na produção.

Na América do Norte, o Canadá e os Estados Unidos entraram em 2011 com encolhimento do rebanho, fraca reposição de novilhas e menores produções. Os Estados Unidos são beneficiados com o contínuo enfraquecimento do dólar e a reabertura de mercados anteriormente limitados por causa da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB).

Na Oceania, a Austrália e a Nova Zelândia, depois dos problemas climáticos, reduziram a taxa de abates para retomarem a recomposição do rebanho.

Na América Latina e no Caribe, o aumento da produção brasileira compensa a sistemática redução da produção da Argentina, onde a regulamentação estatal afeta a bovinocultura, mesmo com o fato de os preços dos animais vivos terem dobrado.

Na Ásia, a produção de carne bovina segue estagnada. Os pre-

ços atingiram picos, com retenção de matrizes e menor abate. Na Índia, a carne de búfalo, muito mais barata, ganha espaço no mercado de exportação, enquanto a bovinocultura de leite ainda padece dos problemas de contaminação causados pela melamina em 2008. As enchentes ocorridas no Paquistão em 2009, com mortes de animais, deverão refletir em menor produção para os anos subsequentes. As importações estão direcionadas pela demanda aquecida no Japão, na Malásia, na Coreia do Sul e em Taiwan.

No Japão, os terremotos, os tsunâms e as explosões radioativas nas províncias do nordeste afetaram a produção de cerca de 10% de rebanho localizado nas províncias da região.

Na África, as estiagens prolongadas na Etiópia, no Quênia, na Somália e em Uganda prejudicam as pastagens e afetam a disponibilidade de água, com mortes de animais e surgimento de doenças. Os surtos de febre aftosa em Botsuana e na África do Sul, no começo de 2011, resultaram em barreiras às exportações e aos abates de animais, com redução nas vendas de carne bovina dos dois países. Nas outras partes do continente, as condições climáticas são satisfatórias, de modo que a produção ficará na base de cinco milhões de toneladas.

Mundo: Balanço da carne bovina (mil t)

Continente/País	Produção		Importação		Exportação		Utilização	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Ásia	15.279	15.316	3.086	3.251	930	1.024	17.422	17.510
China	5.617	5.517	437	489	104	120	5.949	5.886
Índia	2.602	2.722	-	-	716	795	1.887	1.928
Paquistão	1.470	1.435	-	-	25	20	1.212	1.418
Japão	514	488	714	728	-	-	1.449	1.209
África	5.036	5.040	573	523	104	87	5.504	5.476
África do Sul	780	760	15	20	-	-	788	776
Egito	330	330	277	210	-	-	602	545
Argélia	129	130	60	60	-	-	214	220
América Central	2.472	2.514	464	394	241	263	2.638	2.646
México	1.751	1.775	300	290	100	117	1.951	1.948
América do Norte	13.320	13.287	1.221	1.149	1.547	1.657	13.033	12.796
Canadá	1.272	1.275	235	232	488	495	1.019	1.010
EUA	12.048	12.012	982	933	1.079	1.162	12.010	11.782
Europa	10.739	10.625	1.401	1.440	499	449	11.641	11.616
UE	7.895	7.816	436	450	335	295	7.996	7.971
Rússia	1.710	1.670	832	854	-	-	2.537	2.519
Ucrânia	450	447	-	-	-	-	441	436
Oceania	2.796	2.792	52	55	1.742	1.688	1.106	1.159
Austrália	2.120	2.713	-	-	1.255	1.249	875	934
Nova Zelândia	454	400	-	-	485	437	182	174
Total	64.887	65.016	7.083	7.214	7.536	7.682	64.480	64.510

CENÁRIO NACIONAL

Desde a crise financeira mundial deflagrada em setembro de 2008, com a falência do Lehmann Brothers, as incertezas predominam no mundo dos negócios, e a volatilidade das cotações das *commodities* ganhou maior amplitude. Naquele ano, o setor tentava ensaiar uma recuperação, depois das quedas ocorridas no rebanho em 2006 e 2007, em face do péssimo desempenho econômico da criação.

O ano de 2009 foi marcado por pesado ajuste, com muitas empresas em recuperação judicial e brutal queda nas exportações. No exercício de 2010, o ritmo de atividade melhorou e trouxe certa dose de otimismo para o setor.

Agora, em 2011, o quadro de perplexidade norteia os atores econômicos. A situação delicada na zona do euro, os embargos de carne da Rússia e o recente foco de febre aftosa registrado no Paraguai deixam mais cinzentas as perspectivas futuras, quando se analisa o ambiente externo.

A cadeia produtiva da pecuária de corte nacional se ressentiu notoriamente desta conjuntura de aperto econômico. Os frigoríficos estavam alavancados financeiramente, com uso de recursos de terceiros para custear seus investimentos na ampliação das plantas de abate. A capacidade nacional de abate anual saiu do patamar de 55/60 milhões de cabeças para 75/80 milhões de cabeças.

As dificuldades de caixa levaram mais de uma dezena de frigoríficos de carne bovina a pedir recuperação judicial; alguns

se unirão a empresas mais sólidas e outros arrendaram ativos e saíram dos negócios. Internamente, as indagações prosseguem quanto à continuidade ou não do processo de consolidação e diversificação dos frigoríficos nacionais.

A JBS e a Mafrig tiveram posições compradoras agressivas, seguidas mais de longe pelo Minerva. Esses três grupos foram responsáveis por 35,64% dos abates de bovinos do País. Em 2009, a fatia deles, juntos, foi de 21,81% dos abates.

Segundo o IBGE, em 2010 os abates formais de bovinos no País ficaram 4,3% acima do ano anterior. Diante da oferta ainda escassa de matéria-prima, parte desse crescimento tem como crédito a própria formalização do abate. Estimativas não oficiais apontam que o abate total, incluindo o informal, é de quase 40 milhões de bois por ano.

Depois da onda de pedidos de recuperação judicial iniciada em 2009, a retomada do crescimento nos frigoríficos de carne bovina ainda está imprevisível. Mesmo com planos de recuperação aprovados, empresas como Independência, Arantes Alimentos e Quatro Marcos enfrentam dificuldades para pagar os credores e vender ativos. É, sem dúvida alguma, a maior crise da história recente do setor. Os pedidos de recuperação dos frigoríficos MataBoi e ForteBoi, respectivamente, em março e setembro últimos, dão mostra clara que o processo de recuperação econômica e de reestruturação dos passivos poderá ser mais longo.

Brasil: Ciclo do boi

Com base na série histórica dos preços da arroba do boi gordo a partir de 1945, em meados dos anos 70 do século passado, **Agroanalysis** publicou o ciclo da pecuária brasileira. O trabalho teve enorme repercussão e até hoje serve para explicar a formação dos preços do godo no Brasil.

A tabela da evolução do preço da arroba do boi gordo a prazo em Barretos, no Estado de São Paulo, deflacionado pelo IGP-DI, com base em março de 2010, foi reproduzida pela veterinária Ligia Pimentel, no *site* da Bigma Consultoria, em 18 de março último.

Evolução do índice do preço da arroba do boi gordo



Fonte: IEA/Cepea/Broadcast/XP Agro. Valor a prazo em Barretos, no Estado de São Paulo, deflacionado pelo IGP-DI, com base em março de 2010

Os preços do boi gordo descrevem ciclos de alta e de baixa. As curvas são mais fáceis de serem reconhecidas até meados dos anos oitenta. Com a hiperinflação e os chamados choques heterodoxos aplicados pelos governos na economia brasileira, com congelamento de preços e salários, de 1986 a 1994, a formação dos preços na pecuária buscou outras referências.

Depois, com a instalação do Plano Real e a estabilidade monetária, a pecuária passou por uma profunda transformação tecnológica. O ciclo do boi praticamente reduziu para a metade, de 4,5/5,0 anos para 2,5/3,0 anos. As variações de preços durante o período de safra (janeiro a junho) e entressafra (julho a dezembro) perderam força. O fluxo de animais ofertados para abate ficou mais estável entre o período de safra e entressafra.

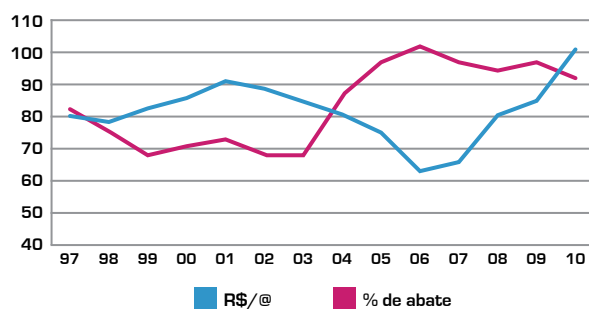
A evolução dos preços do boi mostra os anos de:

Picos de baixa								
1954	1958	1964	1970	1978	1982	1986	1996	2006
Picos de alta								
1956	1962	1967	1974	1980	1984	1988	2000	2008

O ciclo mostra de forma simples as fases de preços baixos com aumento nas taxas de abate das matrizes. Isso significa um bezerro a menos no ano seguinte; um novilho a menos para engorda

depois de dois anos; e um animal a menos para abate no terceiro e no quarto ano. Em determinado momento, com a baixa oferta de gado pronto para abate, os preços retomavam seus valores e começavam a subir. Neste momento, o criador começava a reter as fêmeas para recompor o plantel, e o processo se inverte.

Brasil: Ciclo do boi

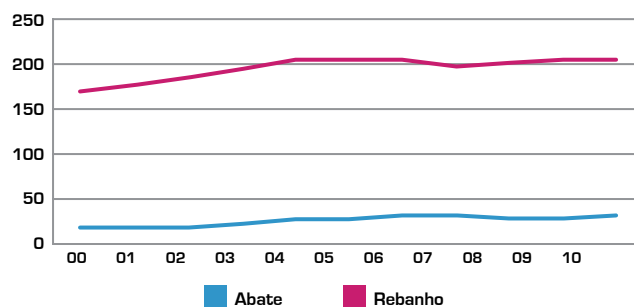


Fonte: Sondagem Agroanalysis

De 2004 a 2007, a quantidade de bovinos abatidos no Brasil teve enorme incremento. Os preços caíram, e os abates de matrizes

chegaram a 40%. A crise foi de tal ordem, que, entre 2006 e 2007, o rebanho diminuiu de tamanho, depois de sete anos de crescimento contínuo. Isso explica o ciclo atual de alta na pecuária nacional. A trajetória ascendente seria mais aguda se as exportações continuassem a expandir. Mas, com as cotações em alta, o dólar desvalorizado em relação ao real, a pecuária brasileira perde competitividade no mercado internacional. Hoje, os valores em dólares da arroba do boi no Brasil alcançam níveis jamais previstos há dois ou três anos.

Brasil: Rebanho e abate de bovinos (milhões de cabeças)



Fonte: IBGE

DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES

Após a intensa crise e queda em tamanho durante 2006 e 2007, a partir de 2008 o rebanho bovino nacional voltou a crescer. No triênio 2005/06/07, os pecuaristas defrontaram com perdas em função de fatores climáticos e de câmbio. De sobra, foram registrados focos de febre aftosa, com os países importadores e mesmo o mercado interno levantando barreiras comerciais e causando enormes prejuízos à produção.

O pico histórico em valor e quantidade das exportações aconteceu em 2008. Já 2009 teve redução drástica das exportações, com aguda escassez de crédito e não de demanda. Os compradores queriam a carne brasileira, mas não tinham caixa.

Em 2010, as exportações brasileiras de carne bovina geraram uma arrecadação maior, mas com quantidades menores, em comparação a 2009. O motivo do crescimento da receita em 2010 foi o aumento de 18% nos preços médios da tonelada, de US\$ 3,3mil para US\$ 3,8 mil. A Rússia se manteve como a maior importadora de carne brasileira, com participação em 26% do valor total exportado pelo País. O Irã obteve o segundo posto. A surpresa foi o Egito, que superou o antigo terceiro colocado, Hong Kong, que obteve uma queda de 25%.

Na verdade, o balanço de 2010 foi considerado muito bom para o setor. A retomada do crescimento e o melhor desempenho das exportações estimularam os pecuaristas a investirem no melhoramento genético, na recuperação da pastagem e na recuperação da estrutura das propriedades. O ponto alto aconteceu no segundo semestre, com a subida do preço da arroba de R\$ 66/68 para acima de R\$ 100, como resultado do abate de fêmeas em 2006 e 2007, e a seca prolongada de 2009.

Para este ano, a previsão será de novos recordes na receita, mas menores volumes exportados. O preço médio da tonelada vendida foi de US\$ 4,8 mil no primeiro semestre. O rebanho continua em recomposição e deve aumentar.

A meta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) de declarar o Brasil inteiro como livre da aftosa está fora da realidade de médio prazo. Por causa da relação doença, o Brasil não tem acesso a 40% do mercado mundial, incluindo Ásia, Oceania e América do Norte.

Brasil: Exportação de carne bovina (US\$ bilhões)

Ano	In natura	Industrializada	Outras	Total
2000	0,503	0,252	0,058	0,813
2001	0,739	0,252	0,058	1,049
2002	0,776	0,299	0,069	1,144
2003	2,255	0,338	0,097	2,690
2004	2,963	0,447	0,115	3,525
2005	2,429	0,525	0,116	3,070
2006	3,135	0,654	0,135	3,924
2007	3,486	0,694	0,245	4,425
2008	4,088	0,853	0,406	5,347
2009	3,022	0,649	0,465	4,136
2010	3,861	0,498	0,436	4,795

Fonte: Abiec

AUMENTAR A PRODUTIVIDADE

A pecuária de corte brasileira sempre esteve associada com a administração ultrapassada e não adepta às inovações tecnológicas. Principal atividade para a expansão das fronteiras agrícolas, o inventário bovino servia de reserva de capital nos tempos de alta inflação. O sistema era ditado pela exploração extensiva, com larga utilização da terra.

Nos últimos quinze anos, a bovinocultura passou por substanciais transformações do ponto de vista técnico. A ocupação de áreas no Centro-Oeste e no Norte deu condições para a ampliação do rebanho nacional. Os índices zootécnicos melhoraram. A introdução de tecnologia trouxe mais controle das margens, no apuramento das receitas e despesas. Assim, a cadeia produtiva da pecuária ganhou evidência no agronegócio nacional.

Nessa tendência, a conjuntura de alta nas cotações da carne bovina junto com a questão ambiental constituem variáveis de incentivos para incrementar o confinamento nacional de bovinos. O sistema permite aos animais manterem o peso na entressafra, quando o pasto perde vigor nutricional e dificulta a engorda de animais destinados ao abate.

Atualmente, a opção pela estratégia do confinamento ainda é incipiente na pecuária nacional, pois não passa de 10% da quantidade estimada de abate anual (40 milhões de animais).

Mas essa realidade começa a mudar rapidamente. Somente em Mato Grosso, a prática engloba 163 unidades, com capacidade instalada para aproximadamente 668 mil animais. Mais da metade dos confinadores trabalham também com lavoura de milho, soja e algodão. Isso viabiliza a produção de gado através do sistema de confinamento e semiconfinamento. É uma fórmula para tornar a pecuária viável.

Com a elevação dos custos e a valorização do real frente ao dólar, o Brasil perde a vantagem comparativa internacional de vender a preços mais baratos. Nessa circunstância, o quesito da qualidade passa a ser fundamental. Nos principais concorrentes da carne brasileira, a taxa de confinamento é bem maior, como, por exemplo, 60% na Austrália e Argentina e quase 85% nos Estados Unidos. Os animais confinados são abatidos mais novos, e a taxa de desfrute é alta.

Vantagens do sistema de confinamento:

- Diminui o ciclo do boi;
- Eleva a produção de arrobas por hectare/na;
- Melhora os resultados econômicos;
- Facilita a padronização da carcaça, com qualidade e em escala;
- Oferece mais precisão no controle dos custos de produção.

No Brasil, com a bovinocultura em ciclo de alta, a oferta de animais prontos para abate tende a ficar menor, com os preços do animal mais elevados que em outras regiões criadoras do mundo. Segundo dados da pesquisa trimestral de abate do IBGE, o total de bovinos abatidos no Brasil registrou ligeira queda no segundo trimestre de 2011, assim como o rebanho total destinado ao abate.

A cadeia produtiva da pecuária depara com desafios de buscar novos mercados depois das limitações impostas pela União Europeia, como Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Estados Unidos. A concorrência cresce também nas carnes nobres.

Como conseguiram elevação no *status* sanitário, Uruguai, Paraguai e Argentina começam a vender para aqueles mercados. O Uruguai tem o México na lista de clientes. A Índia deve colocar neste ano mais de 1 milhão de toneladas de carne de búfalo nos países islâmicos.

Brasil: Engorda intensiva nos 50 maiores confinamentos

Ano	Milhão de animais
2009	1,322
2010	1,198
2011	1,588

Fonte: Pesquisa BeefPoint de Confinamentos

Em 2010, a conjuntura econômica desestimulou o confinamento. No primeiro semestre, os preços do animal de reposição e dos grãos estavam aquecidos. Em contrapartida, o mercado futuro não acenava com bons preços para o boi gordo, apesar de a arroba do boi gordo, em meados do segundo semestre, chegar a níveis elevados, próximos ou maiores de R\$ 100.

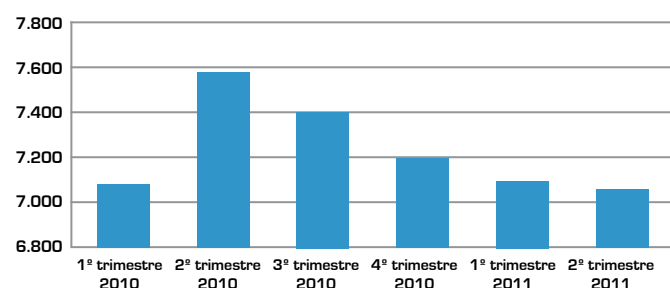
Mato Grosso: Estimativa de confinamento

Ano	Mil animais
2009	638
2010	592
2011	798

Fonte: Imea

Esse recuo na estimativa é resultado da queda na entrada de animais no cocho no primeiro ciclo de confinamento (nos meses de abril e maio). Como os preços futuros se aproximaram muito dos praticados no mercado físico, enquanto o custo de produção, como, por exemplo, o milho, estava muito elevado, os produtores ficaram desestimulados.

Brasil: Abate de bovinos (mil cabeças)



Fonte: IBGE

BAIXA NAS COMPRAS DA UE

Em uma década, a União Europeia vai para a terceira posição e deixa o posto de primeira no *ranking* de importação de carne bovina brasileira. O resultado dessa alteração foi prejudicial: o Brasil ganhou um mercado mais inseguro, de preços mais baixos e para cortes menos nobres, enquanto se afastou daquele de maior valor. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) faz uma análise interessante dessa inversão da UE para a Rússia.

Junto com países da região do Oriente Médio e do norte da África, a Rússia apareceu na lista dos principais mercados para conquistar a posição de liderança nas aquisições da carne bovina brasileira.

Brasil: Exportação de carne bovina (US\$ milhões)

Ano	Rússia	UE
2000	Zero	61% da receita: US\$ 511 milhões
2010	22% da receita: US\$ 1,073 bilhão	14,5% da receita: US\$ 490

Fonte: Abiec

A queda nas entregas para o bloco teve início no começo de 2008, quando as autoridades da UE exigiram aquisição somente de bovinos rastreados e criados por uma lista limitada de propriedades. O número de unidades habilitadas caiu então de 15,5 mil para a quantidade, hoje, de 2,2 mil. Os criadores brasileiros reclamam da complexidade para atender ao rigor das normas europeias.

A limitação no número de fazendas foi uma fórmula adotada pelo bloco para diminuir as quantidades embarcadas pelo Brasil. Isso veio satisfazer a seus criadores. A UE adquiriu 125,3 mil toneladas de carne bovina brasileira em 2010, inferior as 308,4 mil toneladas de 2007, antes do embargo. Os cortes adquiridos pelos mercados do Oriente Médio correspondem à metade da-

queles pagos pela UE, que agora voltou a exportar e enfrenta crise econômica com menor demanda.

A necessidade de importação da UE é de 500 mil toneladas por ano. O Brasil pode aumentar a oferta anual de carne *in natura* para o bloco da ordem atual de 44 mil toneladas para 210 mil toneladas. De 2007 a 2010, as entregas diminuíram 68% em receita e 77% em quantidade.

A estratégia de direcionar produtos de maior valor agregado para Japão, Coreia do Sul e Taiwan esbarra na exigência de essas nações adquirirem somente carne bovina originada de países livres de aftosa sem vacinação. O *status* sanitário nacional é de país livre de aftosa com vacinação, e somente o Estado de Santa Catarina é considerado livre sem vacinação.

Brasil: Exportação de carne *in natura* para UE e Rússia (US\$ milhões)

Ano	UE	Rússia
2000	512	0
2001	501	2
2002	529	46
2003	727	103
2004	1.025	248
2005	1.158	573
2006	1.417	855
2007	1.430	1.000
2008	787	1.474
2009	637	953
2010	713	1.073
2011	435	744

Fonte: Abiec. 2011, primeiro semestre

Cota Hilton

O nome Cota Hilton deriva da cadeia de hotéis americana, que, ao se instalar na Europa, nos anos 50, queria servir aos seus hóspedes o mesmo padrão da carne oferecida nos Estados Unidos. Por isso, credenciou alguns países produtores, como Austrália, Nova Zelândia, Argentina, EUA, Canadá e Uruguai, para fornecerem o produto. Hoje, sem relação com a rede de hotéis, o nome da cota continuou. A quantidade foi acordada no começo da década de 80, na Rodada Uruguai do Gatt, como compensação da UE aos países com histórico de exportação ao bloco. Uma tonelada de carne da Cota Hilton (cortes especiais do quarto traseiro bovino e de novilhos precoces) é comercializada atualmente entre US\$ 13.000.

A participação brasileira na Cota Hilton é de 10 mil toneladas por ano. A cota da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, em toneladas, é de, respectivamente, 30 mil, 7 mil e 1 mil. Desde 2009, a UE definiu que os cortes vendidos dentro da cota devem ser prove-

nientes apenas de animais alimentados a pasto, sem nenhum tipo de suplementação e rastreados desde a desmama (dez meses de vida). Outra exigência é que o animal tenha nascido em fazenda já habilitada pela UE. O peso mínimo de abate é 235 quilos, com cobertura de gordura de 3 milímetros a 8 milímetros.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil não cumpriu a sua quantidade no ano-cota 2010/11 (julho a junho): exportou apenas 4,3% do volume e deixou de arrecadar US\$ 82 milhões, segundo cálculos da Abiec. Quando não cumpre a cota, o país não goza da tarifa de importação que é de 20% *ad valorem*. Fora da cota, o imposto é de 12,8% mais € 3.041 por tonelada.

A proposta brasileira de modificar a definição da chamada Cota Hilton não sensibiliza a UE. Setores da produção são a favor de o governo denunciar o bloco na Organização Mundial do Comércio (OMC).

ENTRADA NO MERCADO AMERICANO

Desde 2005, os EUA analisam se liberam ou não a importação da carne bovina fresca brasileira. O Brasil aceitou não retaliar produtos americanos em milhões de dólares concedidos em subsídios pelo governo aos seus produtores de algodão. Em contrapartida, os EUA se comprometeram a colocar em consulta pública, até 30 de janeiro deste ano, a análise de risco de carne bovina de regiões do Brasil livres de aftosa com vacinação. O processo é necessário para liberar a entrada de produtos no país.

Normalmente, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) exige o pré-requisito de ser livre de aftosa para autorizar de importação. A proposta brasileira é abrir o mercado americano para a importação dos 14 Estados brasileiros de carne bovina maturada de regiões livres de aftosa com vacinação.

As entidades de produtores R-Calf, National Farmers Union (NFU), National Cattlemen's Beef Association (NCBA) e associações de proteção a consumidores tentam impedir uma tomada de decisão do Usda a favor do Brasil.

As exportações de carne bovina termoprocessada para os Estados Unidos foram retomadas no fim do ano passado, depois de embargadas desde maio de 2010, em razão da presença do vermífugo acima dos níveis considerados toleráveis pelos Estados Unidos. Em 2009, as vendas do produto para o mercado norte-americano renderam US\$ 223,1 milhões, correspondentes a 43,2 mil toneladas. O governo e as companhias foram obrigados a adotar uma nova revisão de avaliação do nível do vermífugo, reduzido de 100 partes por bilhão para 10 partes por bilhão, como exigido pelos norte-americanos.

Cerca de três quartos das exportações americanas vão para cinco mercados: Canadá, México, Coreia do Sul, Japão e Vietnã. Os EUA fornecem 44% da carne importada por esses países, enquanto a Austrália fornece 43%, e o Brasil, apenas 1%. Os Estados Unidos tomaram um pouco da fatia da Austrália, cuja moeda subiu em relação ao dólar quase 70% nos últimos seis meses.

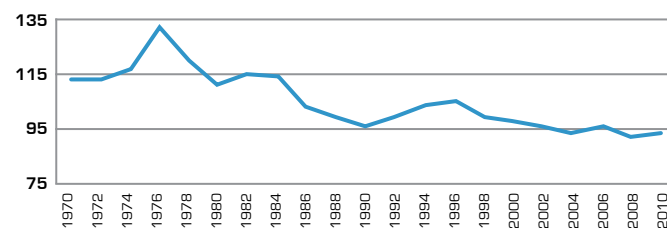
EUA e Brasil participam de mercados distintos: alimentado com grãos, a carne do rebanho americano possui mais gordura, conforme o gosto dos países asiáticos, que só adquirem carne de áreas livres de aftosa sem vacinação. No Brasil, alimentado a pasto, o bovino produz uma carne mais magra.

As exportações dos EUA são relativamente pequenas para a indústria americana. Somente em torno de 10% da carne do país são embarcados. O país ainda é um grande importador, em especial da Austrália, fornecedora de carne para hambúrguer.

Os Estados Unidos retomaram do Brasil a liderança das exportações de carne bovina. De janeiro a julho deste ano, os norte-americanos obtiveram receita de US\$ 3,06 bilhões com as vendas externas. No mesmo período, o Brasil arrecadou R\$ 3,01 bilhões. A diferença é pouca. Em quantidade, os EUA embarcaram 741,3 mil toneladas; e o Brasil embarcou 627,6 mil toneladas.

Existem dúvidas sobre quanto tempo os EUA serão capazes de sustentar recordes de exportação. A seca deste ano provocou abate de matrizes e incremento na oferta de carne. A produção americana deverá recuar em algum momento.

EUA: Evolução do rebanho bovino (milhões de cabeças)



Fonte: Usda

Redução do rebanho norte-americano

O tamanho do rebanho bovino norte-americano apresenta linha de queda desde 1977, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), sem sinais de reversão. A tendência é de baixa no longo prazo. Entre as décadas de 1970 e 2000, o encolhimento de animais ficou próximo de 30%, enquanto o incremento na produtividade foi compensador. A produção ficou mais intensiva e de maior escala, com mais tecnologia. O peso médio da carcaça bovina brasileira, de 15 arrobas, corresponde a dois terços quando comparado com a dos EUA.

Nesses últimos anos, a subida abrupta verificada nos preços dos grãos utilizados para ração nas criações impactou em cheio os custos de produção. Em 2010, a quantidade de animais na categoria de adultos e bezerras dos Estados Unidos totalizou 92,6 milhões de cabeças, enquanto o de bezerras nascidos no primeiro semestre de 2010 foi de 34,9 milhões de cabeças. Os números são os menores desde a década de 1950. Os pecuaristas não conseguem repassar as despesas e ficam sem margens de comercialização, sendo forçados a reduzir o inventário de bovinos. O processo continua neste ano, mesmo com os preços historicamente elevados.

ARGENTINA, PLANO NACIONAL PARA AGRICULTURA E PECUÁRIA

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, lançou em setembro último um plano nacional para agricultura e pecuária, tendo como base o horizonte do período de 2016 a 2020. Foram estabelecidas metas para aumentar a produção. Na economia

argentina, o PIB da produção agrícola e pecuária participa com 60% no Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

O plano considera as características regionais de produção de 24 cadeias produtivas. O país está entre os maiores exportadores

de uva, mel, milho, sorgo, soja, girassol, sementes, trigo e ervamate. As matérias-primas para alimentar animais e fabricar óleos estão entre as principais *commodities* nacionais. Mendoza e San Juan são as principais regiões produtoras de vinhos.

De acordo com o comunicado do governo, depois que os rebanhos foram reduzidos em 10 milhões de animais ao longo dos últimos quatro anos, a exportação de carne bovina deve crescer em 70% até 2020.

Descontentes com as tarifas de exportação impostas pelo governo argentino, que alcançam 35% no caso da soja, além de outras políticas para regulamentar o mercado, como tetos para a comercialização externa de carnes e grãos, certos setores do agronegócio não enxergam com otimismo o plano do governo.

Carne bovina perde espaço

Depois de bater recorde nas vendas externas de bovinos em 2005, em março de 2006, o governo argentino anunciou a suspensão do embarque de carne por 180 dias. O motivo da medida foi aumentar a sua oferta no mercado interno e forçar a queda do preço. A questão envolve um dos principais itens impulsionadores da inflação no país. Além disso, diante da febre aftosa no Brasil e a temeridade da febre aviária na Europa, a demanda mundial pela carne argentina tinha aumentado. Essa decisão pegou de surpresa e gerou forte reação na cadeia de carne.

Em 1º de junho de 2006, o governo argentino permitiu a remessa para o exterior de até 40% da quantidade de carne exportada no segundo semestre de 2005 para retomar suas vendas externas. O resultado foi uma queda significativa nas exportações anuais. Houve uma redução de US\$ 300 milhões, queda de um terço em relação ao anterior, de acordo com a Sociedade Rural Argentina.

No fim de 2006, as exportações argentinas de carne bovina voltaram a ser liberadas, mas com a pressão dos preços sobre a inflação o governo decidiu colocar novamente barreiras. Assim, em 1º de abril de 2007, o governo suspendeu os embarques, para, em 18 de abril, liberar as exportações de carne bovina e aumentar a cota permitida de 500 mil para 550 mil toneladas anuais. Em troca, os dirigentes das entidades rurais tiveram de assinar um acordo que garantia o abastecimento doméstico com preços acessíveis.

Logo depois, em junho de 2007, o governo estendeu a cota exportável fixada no equivalente a 50% da média mensal do volume exportado em 2005. Isso significa uma autorização para o país exportar em torno de 500 mil toneladas de carne bovina. No acumulado do ano, as exportações tiveram um novo recuo.

As intervenções governamentais não se limitaram às exportações. Os preços controlados envolvem uma lista dos 13 cortes mais populares. O setor produtivo reclamava que as intervenções oficiais eram prejudiciais à produção, sem conseguir o efeito esperado. A informalidade no setor de carne bovina impede a quantificação exata da oferta e o controle da cadeia de produção e comercialização.

Argentina: Meta de produção e exportação em 2020 (milhões t)

	Produto	Quantidade	Varição 2016/2020
Produção	Soja	70,9	34%,
	Milho	43,9	106%
	Trigo	23,1	57%
	Girassol	19,1	45%
Exportação	Bovino	882	70%

Fonte: Agência pública de notícias da Argentina, Telam

De 2005 a 2007, 3 milhões de hectares de pastagens foram ocupados pela sojicultura.

Em 2008, houve um fator adicional: a paralisação do setor agropecuário argentino em protesto contra um decreto de março que aumentava os tributos sobre as exportações de grãos. A manifestação dos agricultores, que incluiu fechamento de estradas em mais de 300 localidades por todo o país e interrupção das vendas no mercado interno e externo, durou quatro meses, de março a julho. O decreto acabou derrubado pelo Congresso em 17 de julho, mas o estrago já estava feito.

Argentina: Números da carne bovina (mil t)

Especificação	Unidade	2009	2010	2011 *
Rebanho	Milhões de cabeças	49,0	48,6	51,9
Abate	Milhões de cabeças	11,0	11,8	14,8
Produção	Toneladas	2,5	2,68	2,66
Consumo	Toneladas	2,2	2,38	2,36
Exportação	Toneladas	300	192	320
Consumo per capita	Quilos por ano	40	55	70

Fonte: Câmara da Indústria da Carne da República Argentina (Cicra). * Projeção

O setor produtivo reclama da crise instalada nos últimos cinco anos. Grande quantidade de matrizes foi usada para o consumo, com a saída de criadores da atividade. Mais de 10 milhões de cabeças de gado sem renovação, enquanto 25 frigoríficos fecharam as portas. A mais severa seca dos últimos 50 anos, em 2009, foi um verdadeiro desastre. Assim, a Argentina convive com menos carne e tenta recompor o rebanho.

RÚSSIA BARRA IMPORTAÇÕES

A severa seca e as maiores taxas de abate registradas em 2010 comprometeram uma recuperação da bovinocultura russa neste ano. A pressão nos custos dos alimentos de origem animal constituiu um grande desafio para os pecuaristas do país, junto com a atual reestruturação da indústria de lácteos.

Em abril, a Rosselkhozadzor, a agência russa de saúde animal e vegetal, ainda mantinha as restrições às importações de produtos, após inspeção de 29 plantas frigoríficas brasileiras de carnes bovina, suína e de frango que buscavam suspender o embargo e voltar a exportar. A razão apontada é a de que os estabelecimentos não atendiam às exigências da legislação sobre segurança dos alimentos da Rússia, de Belarus e do Cazaquistão, formadores de uma união aduaneira e clientes do Brasil.

A situação piorou em maio, quando o Serviço Sanitário da Rússia anunciou a suspensão temporária das importações de carnes de 85 unidades dos Estados do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Mato Grosso.

A carne comprada pela Rússia tem origem, basicamente, nos EUA e na União Europeia. Apesar de ser um de seus principais fornecedores, o Brasil entra na categoria “outros países” dentro do sistema de cotas.

Brasil e Rússia tentam apoios mútuos. Em encontro entre o vice-presidente brasileiro, Michel Temer, e o premiê da Rússia, Vladimir Putin, em Moscou, o Brasil prontificou-se a apoiar a entrada do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), enquanto a Rússia a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Em julho, uma delegação brasileira esteve em Moscou para tentar o fim do embargo, quando ofereceu voluntariamente uma lista de 37 plantas para serem consideradas com restrição temporária. Parte delas não exportava há mais de um ano e outra parcela havia pedido a desabilitação de forma voluntária.

Mas os russos relataram “inconformidades” em análises laboratoriais em lotes exportados à Rússia em junho e julho, além de condicionar a liberação de 32 dessas unidades a “monitoramento laboratorial”. Para o relaxamento nas restrições, os russos pedem respostas às causas das contaminações das carnes por bactérias coliformes, listérias, mofos e micro-organismos aeróbios e anaeróbios.

O prazo estabelecido para Moscou suspender ou manter o embargo à entrada de carnes de 85 estabelecimentos frigoríficos brasileiros venceu em 21 de julho, e, até a data combinada, não houve manifestação por parte dos russos.

A Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) continuou fazendo novas inspeções nas plantas com as melhores condições de atender às exigências russas.

No fim do primeiro semestre, a Rússia apresentou a sua oferta de cotas e tarifas aos seus exportadores para até 2012, quando o sistema de cotas (controles quantitativos) será substituído somente por tarifas. O objetivo russo é acelerar a sua entrada na Organização Mundial do Comércio. De forma geral, a proposta

dá condições para o Brasil aumentar a sua participação nos volumes de cotas, em face de sua competitividade em comparação aos outros países concorrentes.

Rússia: Proposta para importações

Especificação	Bovina	Frango	Suína	Peru
Cota (mil toneladas)	530*	250	400	60
Tarifa intracota	15%	25%	15%	25%
Tarifa extracota	55%	80%	70%	80%

* incluídos EUA: 60 mil toneladas e UE: 60 mil toneladas

Fonte: Ministérios do Desenvolvimento Econômico e da Agricultura da Rússia

Se durante agosto outras 40 unidades engrossaram o número de unidades impedidas de exportar ao país, em setembro, houve mais quatro frigoríficos, em razão da presença de resíduos de infecção bacteriana por listeria e resíduos do antibiótico tetraciclina. Os russos continuarão as suas inspeções até o fim do ano.

Os sucessivos fracassos para encerrar o embargo da Rússia a exportadores de carnes do Brasil levou o Mapa a modificar a equipe de negociação. As questões de comércio exterior passaram para a responsabilidade da Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI), comandada pelo secretário Célio Porto.

O quadro também é problemático com outros importadores do Brasil. As dificuldades com os Estados Unidos e a Coreia do Sul não estão perto de um acordo. A missão japonesa, que visitou o país em agosto, decidirá se os países asiáticos aceitarão a carne suína brasileira. A China habilitou poucos frigoríficos à exportação. A Malásia enviará outra missão.

Durante décadas, a União Europeia foi o maior cliente para a carne bovina brasileira, mas, após a crise financeira global de 2008, as exportações de carne para a Europa caíram drasticamente, atingindo apenas US\$ 713,3 milhões em 2010. Neste ano, a Rússia conquistou a liderança na posição de principal mercado para a exportação de carne bovina brasileira. Agora, depois dos embargos russos, com o rápido crescimento populacional e maior estabilidade política, o Irã tornou-se o maior comprador de produto *in natura* brasileiro. Os embarques de carne bovina nacional para o mercado iraniano aumentaram mais de 300 vezes na década passada.



A SOMBRA DA AFTOSA

Descoberta na Itália no século XVI, a febre aftosa no século XIX foi constatada nos diversos continentes. A doença é muito contagiosa e pode dizimar criações inteiras. Apesar dos esforços para controlá-la, segue endêmica no Oriente Médio, na Ásia, África e América do Sul. A América do Norte e Central, região do Sul do Pacífico e o Caribe são territórios considerados livres dessa zoonose.

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) classifica as doenças animais baseada na sua importância econômica para a saúde pública. A febre aftosa é uma doença pertencente à lista A, com potencial de difusão rápido entre as fronteiras nacionais. A sua presença trava as exportações.

A não obtenção do *status* de livre da doença para todo o seu território, bem como a sua presença nos países vizinhos sul-americanos são fatores críticos para a aceitação da carne bovina brasileira. Como país classificado como livre da doença com vacinação, a sua carne exportada *in natura* tem de ser desossada ou, no caso das processadas, tratada pelo calor antes de ser exportada.

A importação de carne bovina brasileira *in natura* é proibida nos EUA, no Japão e em outros países do Pacific Rim: países e regiões ao redor do Oceano Pacífico com interesses políticos, econômicos e ambientais em comum. É composto por Austrália, Camboja, Canadá, China, Indonésia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Malásia, México, Nova Zelândia, Nova Guiné, Rússia, Cingapura, Taiwan, Tailândia, EUA, Vietnã e várias ilhas do Pacífico.

Os dados da ocorrência da febre aftosa são registrados e mantidos pela OIE. Para ser considerado livre de febre aftosa sem vacinação e ter o mercado internacional aberto para a compra de carne sem restrições, o país deve provar que não contém a enfermidade e que a vacinação dos animais contra a doença não ocorre.

Em caso de constatação de um foco de febre aftosa, a OIE exige a tomada de medidas, após a constatação da doença no território, como:

- Comunicar à OIE quanto à presença da febre aftosa dentro de 48 horas, para a entidade informar os demais países interessados;
- Os animais susceptíveis serem abatidos, queimados e enterrados;
- A retirada de circulação e a proibição das exportações dos animais e de seus subprodutos.

Brasil: Situação atual do *status* sanitário para febre aftosa (2010)



Válido para o Brasil e o mundo

Com relação ao Brasil, ocorreram surtos nos municípios de Monte Alegre (PA) e Careiro da Várzea (AM), em 2004. Em Eldorado, Iguatemi, Japorã e Mundo Novo (outubro, em MS) e Maringá, Grandes Rios, Amaporã e Loanda (dezembro, no PR), durante 2005, e Japorã (março, em MS). Na América do Sul, Equador, Venezuela e Colômbia registraram casos da doença em 2008, 2009 e 2010.

Desde 2007, o Estado de Santa Catarina é reconhecido pela OIE como zona livre de aftosa sem vacinação. Como reconhecimento desse *status*, em 2010, os EUA abriram seu mercado para a carne *in natura* catarinense. Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo seguem no mesmo rastro e pedem a suspensão da vacinação. Para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, é preciso cautela na avaliação desses pleitos para não incorrer em recuos.

Os frigoríficos e os exportadores costumam ser favoráveis às pressões para os Estados reforçarem seus sistemas de vigilância sa-

nitária, com plano de medidas complementares no controle e na resposta à aftosa. Tecnicamente, após cinco anos sem vacinação, como o bovino fica susceptível à aftosa, o trânsito do rebanho precisa de acompanhamento.

O Japão, a Coreia do Sul e a Bulgária, membro da União Europeia, são três países importadores com severas restrições aos produtos oriundos de regiões com febre aftosa. Todos eles, no entanto, tiveram recentemente focos da doença. Como adotou medidas eficientes em 70 dias, desde 5 de julho do ano passado o Japão não registrou mais nenhum caso. Mas, na Coreia do Sul, o atraso para autorizar a vacinação permitiu a disseminação do vírus, tendo de sacrificar 12% do seu plantel, com prejuízos superiores a US\$ 1 bilhão. Outro exemplo recente é o da Bulgária, que rejeita carne brasileira, mas detectou a doença em seu rebanho no início deste ano. Em termos sanitários, quando se abandona a vacinação do rebanho, o risco de reaparecimento da doença é real.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL É O FUTURO

Ramiro De La Cruz*

Numa época em que se discute sustentabilidade e preservação ambiental, as empresas devem se preocupar em desenvolver tecnologias capazes de atender à necessidade da população em crescimento, respeitando o equilíbrio entre os aspectos social, econômico e ambiental.

A Dow Chemical Company inova com paixão o que é essencial ao progresso humano e oferece soluções sustentáveis nos diversos segmentos em que atua.



Através da Dow AgroSciences, contribuí com ciência e tecnologia para aumentar a produção de alimentos a fim de atender à crescente demanda.

Mais do que inovar para aumentar a eficiência no campo, a empresa entende que é fundamental a disseminação do uso correto de tecnologia e lidera várias iniciativas com parceiros de toda a cadeia agrícola, enriquecendo o conhecimento de boas práticas agrícolas nas regiões onde atua. Produzir mais e melhor, num momento em que a demanda só faz aumentar, pede esses cuidados. Por isso, a Dow AgroSciences compromete-se a seguir desenvolvendo soluções que ajudem a alimentar o planeta de maneira responsável.

* Presidente da Dow AgroSciences no Brasil

PLANO ABC

Denise Deckers do Amaral¹

Luiz Adriano Maia Cordeiro²

O Brasil reconhece a questão em torno da mudança climática como preocupante e que requer um esforço global urgente. No entanto, o combate ao aquecimento global deve ser compatível com o crescimento econômico sustentável e com o combate à pobreza.

A relevância estratégica do setor agrícola para a mudança do clima está no fato de:

- Inquestionável necessidade de expansão da produção para atender às demandas atuais e futuras de suprimento alimentar;
- Expansão da produção não contribuir negativamente com a elevação dos níveis atuais de emissões e tampouco ser alcançada com a perda de áreas de vegetação nativa e comprometimento da sustentabilidade ambiental.

Deste modo, não há solução única, sendo necessário um esforço conjunto tanto no desenvolvimento de novas tecnologias quanto na implementação de ações que combinem o aumento da produção sustentável com as preocupações com mudanças climáticas.

Nesse sentido, o Brasil assumiu compromisso voluntário, de redução das próprias emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), envolvendo alguns setores. Dentre estes, a agricultura tem um protagonismo especial, pois existem processos tecnológicos sustentáveis que promovem a mitigação do efeito estufa por meio do sequestro e estoque de carbono no solo e em biomassa.

O setor agrícola, em função de suas características e de sua sensibilidade, é extremamente vulnerável às prováveis mudanças climáticas, distinguindo-se dos demais setores. Tais caracte-



rísticas impõem a necessidade de uma política de Estado para o setor, de forma a atenuar esses efeitos, promover a expansão sustentável dessa atividade e garantir a segurança alimentar dos brasileiros.

Desta forma, a agricultura brasileira, líder no ambiente tropical, dá um exemplo para o mundo e promove uma nova revolução em direção à sustentabilidade com a criação do Plano Setorial da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, que tem como objetivo a mitigação da emissão de GEE, melhorando a eficiência no uso de recursos naturais, aumentando a resiliência de sistemas produtivos, e possibilitar a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas.

1. Economista, Esp., Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Brasília-DF.

E-mail: denise.deckers@agricultura.gov.br

2. Engenheiro Agrônomo, D.S., Pesquisador, Embrapa Sede, Departamento de Transferência de Tecnologia (DTT), Brasília-DF.

E-mail: luiz.cordeiro@embrapa.br

SOBRE PECUÁRIA E A SUSTENTABILIDADE

Douglas Ribeiro*

Pensando no futuro e obviamente em sustentabilidade, percebemos que o significativo aumento nos PIBs dos países em desenvolvimento também promoveu o aumento do consumo de alimentos.

De acordo com o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, espera-se um aumento significativo na produção de carne: dos atuais 24,6 milhões para 37,2 milhões de toneladas em 2018.

Como as preocupações com relação ao crescimento dos rebanhos industriais estão relacionadas aos possíveis impactos ambientais, isso certamente colocará em evidência o tratamento dispensado pelo País nas questões ambientais e de sustentabilidade.

O Brasil é grande exportador mundial de carne bovina, mas a perspectiva da demanda por mais alimento traz consigo exigências. Entre elas, está o fato de a carne brasileira ser predominantemente produzida a pasto, diferentemente de outros países nos quais esse sistema de produção não é referência para a criação e engorda de bovinos.

O desafio do pecuarista brasileiro é produzir carne com mais



quantidade e qualidade. A Dow AgroSciences segue comprometida com a busca e obtenção de ferramentas e soluções inovadoras e sustentáveis para o aumento da produção agropecuária com ganho de produtividade por hectare.

A empresa lançou, recentemente, uma nova plataforma de negócios de Sementes de Gramíneas Tropicais, os Híbridos de Braquiária Convert*. O Convert* HD364 é uma inovadora forrageira e atualmente a única *Brachiaria* híbrida disponível no mercado que alia características desejáveis da *B. brizantha*, da *B. ruziziensis* e da *B. decumbens*.

Ao proporcionar um melhor desempenho como forrageira de alta tecnologia para pastejo, o Convert* HD364 ajuda a aumentar a produtividade da carne e do leite dos animais na propriedade. Isso representa uma real oportunidade de incremento nos lucros dos pecuaristas, ao mesmo tempo em que auxilia os produtores a atingirem novos patamares de produtividade por hectare de forma sustentável.

Estamos certos de que a pecuária, aliada à sustentabilidade, é a melhor solução para diversos desafios que temos pela frente, especialmente o de atender à crescente demanda por proteína animal em todo o planeta. Por isso, a Dow AgroSciences continuará a desenvolver soluções que ajudem a aumentar a produtividade de maneira responsável.

* Diretor de Marketing da Dow AgroSciences

PROJETO PECUÁRIA VERDE

Gustavo Silva*

Iniciativa do Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas, no Estado do Pará, o Projeto Pecuária Verde tem como objetivo estabelecer as bases técnicas para um novo modelo de pecuária na Amazônia com maior produtividade, menor impacto ambiental e, principalmente, replicável em outras regiões.

Alinhada com os mais modernos conceitos mundiais de responsabilidade socioambiental, os projetos da Dow AgroSciences são avaliados a partir dos pontos de vista social, ambiental e econômico. Isso reflete o respeito da empresa pela qualidade de vida da comunidade onde atuamos e pelos recursos naturais.

No ano passado, em nosso Fórum de Sustentabilidade, convidamos para participarem o Fundo Vale e o Sindicato Rural de Para-



gominas, além de muitos outros membros que compõem a cadeia de valor da pecuária brasileira. Percebemos muito rapidamente que o Projeto tinha tudo a ver com a nossa filosofia de trabalho.

O Projeto disseminará a implementação de ações para a recuperação de pastagens degradadas. A partir disso, será possível demonstrar para o mercado um modelo sustentável de fazendas brasileiras, por meio da produção de pastagens economicamente viáveis, que também levarão em conta questões sociais e ambientais. Como possui ferramentas tecnológicas para o aumento da produtividade na pecuária, a Dow AgroSciences pretende contribuir através da disseminação e do uso correto dessas tecnologias, tendo como meta o aumento da produtividade por hectare.

O projeto conta ainda com a consultoria de pesquisadores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e da Universidade Estadual Paulista (Unesp), que aplicarão técnicas de pecuária intensiva em seis fazendas, de forma a contribuir para aumentar a produtividade por hectare e reduzir o risco de pressão sobre as áreas de floresta. As organizações não

governamentais Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e a The Nature Conservancy (TNC) são responsáveis por dar apoio técnico à iniciativa.

Promover a adequação ambiental das propriedades, a recuperação de áreas degradadas e o aumento da produtividade nas

fazendas envolvidas, por meio do uso de novas tecnologias e da capacitação dos pecuaristas e dos técnicos, constitui os compromissos assumidos.

* Gerente de novos negócios para linha Pastagem da Dow AgroSciences

GRUPO DE TRABALHO DA PECUÁRIA SUSTENTÁVEL (GTPS)

Formado em 2007 por representantes de diferentes segmentos que integram a cadeia da pecuária bovina no Brasil, o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS) tem como objetivo debater e formular princípios, padrões e práticas que contribuam para o desenvolvimento do setor, de forma socialmente justa, ambientalmente correta, economicamente viável e culturalmente aceita.

O GTPS é composto de 26 membros entre associações de produtores, frigoríficos, supermercados e outras empresas de varejo e serviços, bancos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e governo federal, além de 31 empresas e entidades observadoras. “Com um grupo composto de membros de todos os elos da cadeia, facilita a visualização do setor de forma global, desde os insumos até o produto final que chega à mesa dos consumidores”, explica Ocimar Villela, presidente do GTPS.

Desde 2009, quando foi constituído, o GTPS busca a melhoria contínua por meio da mudança dos paradigmas na cadeia de valor. “É importante ressaltar que o objetivo não é buscar certificações. Trabalhamos com os produtos e subprodutos oriundos da pecuária, como a carne, o leite e o couro. Sendo assim, procuramos alinhar os interesses de todos para o desen-

volvimento da pecuária sustentável”, diz Villela.

O GTPS também busca incrementar a eficiência na produção, tanto vegetal quanto animal, o que garante o aumento da produtividade na mesma área cultivada, eliminando a necessidade de expansão das áreas de pastagem.

Outro compromisso é com o desmatamento zero. Entre as ações nesse sentido, o grupo pretende desenvolver ferramentas e mecanismos de monitoramento, rastreamento, critérios de produção, compra e financiamento, e incentivos econômicos para a promoção da sustentabilidade na pecuária bovina.

Discutir as políticas públicas é uma das atribuições do GTPS, tais como: incentivos à recuperação de pastagens degradadas; redução da carga tributária; harmonização das normas de abate e inspeção (nos âmbitos federal, estadual e municipal); e regularização fundiária, ambiental e trabalhista, a fim de reduzir a insegurança jurídica.

O próximo passo será apresentar os indicadores de sustentabilidade para todos os elos da cadeia da carne. Esses indicadores deverão orientar os processos de melhoria contínua estabelecidos para toda cadeia da pecuária.

PECUÁRIA SUSTENTÁVEL NA VISÃO DA EXTENSÃO RURAL

Rodrigo Paniago*

As tecnologias para que a pecuária brasileira seja sustentável já existem e estão em franco aperfeiçoamento, porém, elas são utilizadas parcialmente pelo produtor, pois na maioria das vezes o investimento é focado em genética e nutrição, visando à eficiência no ganho por indivíduo, sendo que o ganho por área é mais eficiente para atender ao conceito de desenvolvimento sustentável. Os ganhos em produtividade por área na pecuária também liberam mais terra para a produção de alimentos, combustíveis,



fibras etc., reduzindo a pressão por novos desmatamentos.

No entanto, apesar de termos ótimas soluções tecnológicas, estas ainda não estão em voga, e são dois os motivos principais: o primeiro está no despreparo do produtor rural para absorvê-las, seja por deficiências de gestão ou mesmo por falta de treinamento; o segundo está na incompatibilidade dos prazos das linhas de financiamento com o período real com que o produtor consegue repagar o investimento feito em reforma ou recuperação das pastagens, ações fundamentais para elevar a produção por área.

Apesar de gerar muita ciência com muito pouco recurso, o setor público não tem corpo técnico de extensão rural suficiente para suportar a modernização da pecuária, espaço que vem paulatinamente sendo ocupado pelo setor privado, como empresas especializadas em consultoria, mas especialmente pelas

empresas de insumos que possuem quadro técnico muito mais numeroso. Contudo, mesmo que o recurso humano das empresas de insumos esteja preparado para assistir uma propriedade rural de forma holística e não pontual, ainda assim se apresenta em número muito reduzido frente à nova demanda.

Desta forma, um dos grandes gargalos para o desenvolvimento sustentável está na disseminação e no treinamento dos pro-

dutores, e cabe ao Estado fomentar o aumento de técnicos multiplicadores, do setor público e privado, para que a tecnologia não só chegue até o produtor como permita que o mesmo saiba como utilizá-la de forma eficiente, ou seja, sustentável.

* Eng. Agrônomo, sócio da Boviplan Consultoria e Presidente da Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável (APPS)

VISÃO DA INDÚSTRIA: PERSPECTIVAS E COMPETITIVIDADE

Fernando Sampaio*

Quando observamos a evolução das exportações brasileiras de carne bovina, nota-se em um período relativamente curto, de apenas uma década, um extraordinário crescimento.

Entre os anos de 1997 e 2007, as exportações brasileiras cresceram 844%, passando de 232 mil toneladas para 2,19 milhões de toneladas equivalente carcaça.

Este crescimento deveu-se a uma conjunção de fatores, entre eles a estabilização da economia, as crises de BSE na Europa e, acima de tudo, uma conjuntura econômica mundial favorável com crescimento dos mercados emergentes e capital disponível para investimentos.

Mas obviamente o crescimento brasileiro não seria possível se não houvesse uma pecuária com a dimensão que esta atividade alcançou no País.

Hoje, a situação alterou-se, e este segmento agroindustrial passa por ajustes interessantes que definirão o futuro do setor no Brasil e o seu posicionamento no mercado internacional.

Com a expansão horizontal freada pela forte legislação ambiental, pelas demarcações de áreas indígenas e de conservação em lugares estratégicos da fronteira agrícola e pela pressão da agricultura, a pecuária passou a se intensificar, produzindo mais e reduzindo a área que ocupa no País, ganhando também a condição de peça-chave para a sustentabilidade do agronegócio em geral no Brasil. Com os custos de produção aumentando e o lucro por área diminuindo, cada vez mais a intensificação e a aplicação de tecnologia se fazem necessárias para que o pecuarista permaneça na atividade. No entanto, isso também leva a uma harmonização de preços da matéria-prima brasileira, ou seja, o boi, com os preços de outros países produtores.

O aumento do fluxo de capitais para os países em desenvolvimento inverteu o câmbio, dificultando a vida dos exportadores.

Com um preço de matéria-prima próximo ao de outros exportadores, um câmbio desfavorável e uma imagem prejudicada pela expansão passada da pecuária às bordas da Amazônia (fruto de uma ocupação desordenada do território incentivada por sucessivos governos brasileiros), a indústria encontra-se mais que nunca determinada a ganhar competitividade em processos que não foram antes observados.

Hoje, o momento é de gestão. Precisamos ganhar competitividade dentro da própria indústria, que está engessada por uma regulamentação obsoleta, que não acompanhou a evolução do setor e que impede inovações tecnológicas.

Precisamos também de um ambiente de negócios, com regras claras, no qual a competição seja leal e saudável, pois enquanto a indústria exportadora se esforça para cumprir com os requisitos sanitários, com critérios socioambientais e uma intrincada legislação trabalhista e tributária, metade do abate nacional ainda é feito em frigoríficos que sequer possuem a inspeção federal.

Nesta nova visão, o papel do Estado é o de auditar o controle feito pelos privados, seja na originação da matéria-prima, seja na inspeção sanitária, seja nos processos industriais. A competitividade e o futuro da indústria e do setor dependem de menos burocracia.

* Diretor Executivo e Coordenador de Sustentabilidade da Abiec

